



ATA Nº 10/2020

Aos 17 dias do mês de dezembro de 2020, no edifício dos Paços do Município e sala de reuniões da Assembleia Municipal, reuniu-se, para a segunda reunião da quinta sessão ordinária de 2020, a Assembleia Municipal de Espinho presidida pela Primeira Secretária Joana Raquel da Silva Devezas e secretariada por Rosa Martins de Freitas Duarte e Guilhermino Pedro de Sousa Pereira, com a seguinte ordem de trabalhos:

4. Deliberar sobre desafetação de terreno do Domínio Público Municipal para o Domínio Privado do Município;
5. Deliberar sobre delimitação da Área de Reabilitação Urbana – Litoral da Cidade de Espinho (ARU-LCE) e da Operação de Reabilitação Urbana – Litoral da Cidade de Espinho (ORU-LCE);
6. Deliberar sobre os Documentos Previsionais para o ano 2021:
 - a) Grandes Opções do Plano e Orçamento;
 - b) Mapa de Pessoal;
 - c) Autorizações Prévias Genéricas necessárias à execução dos documentos previsionais
7. Deliberar sobre a definição das taxas de IMI de 2020 para efeitos de liquidação e cobrança em 2021;
8. Deliberar sobre o Regulamento da Comissão Municipal de Proteção Civil;
9. Deliberar sobre o Regulamento do Conselho Municipal de Segurança;
10. Deliberar sobre propostas que visam prosseguir as atribuições da Autarquia;
10. Apreciar a informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade Municipal;
11. Aprovar as atas 5/2020, 6/2020, 7/2020 e 8/2020;
12. Tomar conhecimento da Informação Económica e Financeira do Município de Espinho - 1º Relatório Semestral 2020

A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Vice-Presidente, António Vicente de Amorim Alves Pinto, estando também presente a Vereadora Lurdes Ganicho

Foi verificada a presença dos membros, Filipe Alexandre Perdigão Carvalho Pinto, Maria Susana Gomes de Castro Valente, João Oliveira Passos, José Maria Pereira de Carvalho e Sá, Teresa Manuel Dias Leite de Carvalho e Magalhães, António Manuel Pinto de Oliveira, Graça Hermínia Conceição Dias Pereira, António José Nunes Teixeira Lopes, Jorge Eduardo da Nave Pina, João Paulo Sobral do Couto Silva Carapeto, António José Borges Regedor, Henrique José Pedro Cierco, Jorge Manuel de Oliveira Carvalho, António Manuel de Sousa Andrade e dos Presidentes da Junta da União de

Freguesias de Anta e Guetim - Nuno Pinto de Almeida, da Junta de Freguesia de Espinho – Vasco José Carvalho Alves Ribeiro, da Junta de Freguesia Paramos - Manuel de Oliveira Dias e da Junta de Freguesia de Silvalde - José Carlos da Silva Teixeira.

Foi dada nota do pedido de substituição da Presidente da Assembleia Municipal Maria Filomena Maia Gomes por Isabel Maria Pinhal Resende e dos membros Ricardo Bastos Sousa por Margarida Maria Oliveira Ribeiro, Diogo dos Santos Pedrosa por Diogo Machado e de José Adolfo Carvalho Rocha por Jacinto João Pereira Noronha.

Pelas 20.30 horas, verificado o quórum, a Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em exercício declarou aberta a reunião, iniciando os trabalhos com a aprovação da minuta da deliberação referente aos Cidadãos Eleitores designados pela Assembleia Municipal para a Comissão Alargada da CPCJ que, por lapso, não foi submetida à votação na reunião anterior, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

De seguida, informou que a Mesa da Assembleia Municipal recebeu um e-mail da Câmara Municipal a solicitar a inclusão, na ordem de trabalhos da sessão em curso, do assunto: "Deliberar sobre a transferência de competências em matéria de Saúde e Educação - Não aceitação para o ano de 2021", atendendo ao facto da comunicação à DGAL ter de ser efetuado até 31/12/2020, dando de seguida a palavra ao Vice-presidente da Câmara Municipal que referiu que, por lapso, a Câmara Municipal, não enviou aquele ponto para os assuntos a agendar na Ordem de Trabalhos daquela sessão da Assembleia Municipal, sendo que o município tinha de efetuar a comunicação à DGAL até 31 de dezembro, tendo como alternativa pedir a marcação de uma sessão extraordinária antes do final do ano em curso.

A Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em exercício referiu que, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º do regimento Municipal, tratando-se de sessão ordinária, e no caso de urgência reconhecida por dois terços dos seus membros, a assembleia municipal podia deliberar sobre assuntos não incluídos na ordem do dia.

Teixeira Lopes (PS) interveio para dizer que, normalmente, não era curial alterar uma ordem de trabalhos, mas que o PS estava disposto a aceitá-lo devido à urgência da questão.

João Carapeto (PS) disse que tinha uma posição de princípio que o levava a considerar que estavam a desrespeitar os cidadãos que tinham o direito de saber antecipadamente quais os pontos que iriam ser discutidos para, querendo, poder intervir sobre eles, mas que, atendendo às declarações do Primeiro-ministro sobre as



limitações à circulação no final do ano e considerando a situação em que se encontravam e as contingências aceitava a alteração.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em exercício disse que aquela situação não se tornaria regra, e atendendo ao *"timing"*, à aceitação dos membros da Assembleia Municipal e à título excecional, o assunto ficava incluído na Ordem do Dia. Referiu ainda que a Câmara Municipal solicitou que a discussão daquele ponto, bem como os dos pontos 6 e 7 fosse antecipada. Não havendo oposição do plenário, passou-se de imediato ao ponto 6, tendo a Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em exercício dado a palavra ao Vice-presidente da Câmara Municipal que explicou que em 2021 culminava o mandato de 4 anos com um orçamento de grande execução e conclusão de projetos, uma vez que, muitas vezes, os planos e projetos lançados no início do mandato sofriam atrasos burocráticos que levavam a que fossem iniciados um ou dois anos depois e concluídos no ano anterior ou no último ano do mandato. Disse ainda que 2021 traduzia-se num ano que iria sofrer um grande impacto com a questão da pandemia que trouxe inúmeras dificuldades de gestão da coisa pública, sendo que o orçamento tinha de readaptar-se à realidade por forma a poderem responder a tempo e em tempo ao apoio que as famílias, as empresas, os sectores social, cultural e desportivo, iriam necessitar do executivo municipal. Disse que as contas do município sofriam um impacto direto na receita de 4 M€ entre 2020 e 2021, sendo 2 M€ de redução de receita do jogo e outros 2 M€ de redução com os equipamentos municipais encerrados e com as isenções que atribuíram para apoiar as famílias e as empresas, constituindo um impacto muito substancial que não era comparável com o valor global do orçamento, sendo 4M€ sobre a receita normal do município, explicando que a receita municipal que somava a receita corrente e a de capital que o município normalmente recebia eram 25 M€ e o orçamento rondava os 45 M€, sendo que a diferença era sobretudo receitas extraordinárias de fundos comunitários e ligados a obras específicas, pelo que se as candidaturas não fossem executadas, a receita não era recebida, tendo em atenção que as obras não eram participadas a 100% sendo o restante suportado pelo orçamento municipal, tendo-se de reservar uma parte da receita normal para as obras. Disse que, com o volume de obras em execução, perder 4M€ tinha um impacto muito grande no orçamento, obrigando-os a uma revisão das medidas a tomar, referindo que o município teria de, no próximo ano, recorrer a um empréstimo para investimento para poder dar sequencia a algumas obras. Acrescentou que apesar das dificuldades

conseguiram construir um orçamento que respondia às necessidades da população em 2021, garantindo que as obras continuassem em bom ritmo, e ainda um reforço em delegação de competências com reforço das verbas para as Juntas de Freguesia.

António Regedor (PMG) perguntou qual era o valor de endividamento para o próximo orçamento.

Teixeira Lopes (PS) disse que, pela oração do vice-presidente da Câmara, ficou com a ideia de que, uma das razões que explicava as dificuldades, chamava-se pandemia, que passou a ser a mãe de todas as dificuldades enfrentadas pela Câmara Municipal de Espinho ao longo daqueles anos, com especial incidência desde o seu desencadeamento e a outra razão era a diminuição de receitas provocada pela pandemia, tendo-se esquecido, que, durante aquele mandato, sucessivos orçamentos não responderam às expectativas da população de Espinho, sendo que o orçamento era essencial para a vida política, económica, social e cultural do concelho de Espinho, e que a diminuição de receitas não se explicavam apenas pelas razões que apontou mas também pelas dificuldades que as pessoas sentiam em deslocarem-se pela cidade, com várias ruas impedidas, obrigando-as a fazer "rally paper", sendo que as implicações daquele cenário levaram à diminuição de receitas porque o comércio estava praticamente estagnado e porque o número de visitantes diminuiu.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em exercício interrompeu a intervenção, lembrando que esta fase se destinava à colocação de perguntas à Câmara Municipal. Não havendo mais questões deu a palavra ao Vice-presidente da Câmara que, respondendo à pergunta do membro António Regedor disse que o endividamento era discutido quando da apresentação da prestação de contas, lembrando que aquele documento, na última década, demonstrava excelentes resultados àquele nível. Disse ainda que o orçamento era construído de forma a ser equilibrado no final do exercício económico e que, no decurso de 2020, tiveram uma operação de financiamento que substituiu uma dívida com 40 anos à EDP, que permitiu uma redução do endividamento de perto de 5M€, liquidaram empréstimos do passado, diminuindo a dívida geral do município, prevendo-se, no próximo ano, que a tendência de descida do endividamento parasse. Disse que, atualmente, o município estava numa situação muito melhor do que em 2010 e que a descida do endividamento tinha sido consistente ao longo dos anos, sendo que, atualmente, a margem do endividamento municipal, que era bastante mais reduzida em termos legais do que há 10 anos atrás, rondava os 30M€ e, tendo o município uma dívida de cerca de 20M€, tinha autorização



legal e margem para contrair novos empréstimos, tinha credibilidade no mercado e confiança bancária, pelo que considerava que o município não devia deixar de fazê-lo, especialmente naquele momento, acrescentando que a dívida seria, ainda assim, muito inferior ao valor da dívida em 31/12/2019, sendo que a solicitação à Assembleia, em termos de autorização no decurso de 2021, era uma gota na capacidade do município. Referiu ainda que o montante dependeria da evolução do ano e da evolução das obras e esperava que os impactos que a pandemia trouxesse, conseguissem ser atenuados em 2021. Disse que, provavelmente, o orçamento não respondia às expetativas do vogal Teixeira Lopes e de alguns cidadãos que fariam outras opções, mas que respondia as expetativas das pessoas que confiaram o seu voto no executivo municipal para executar os projetos que constavam do seu programa eleitoral. Sobre o estado das ruas, e o facto de terem de fazer *"rally paper"* disse que já ouviu várias intervenções inflamadas por parte dos membros da assembleia quanto à impossibilidade de viver numa cidade com cortes de água permanentes e que, agora que as intervenções estavam a ser feitas e eram urgentes, via os vogais preocupados porque os problemas iam deixar de acontecer. Disse que não era fácil viver com aqueles transtornos e compreendia a posição dos comerciantes que estavam diretamente afetados à porta do seu estabelecimento, mas que eram obras necessárias que teriam impacto positivo para várias décadas, razão pela qual o município não podia falhar na execução e no pagamento daquelas empreitadas para que se pudessem concluir o mais rapidamente possível.

João Carapeto (PS) disse que efetivamente viviam um tempo grave de pandemia e que, previsivelmente, muitos cidadãos perderiam os seus empregos, em que os comerciantes tinham uma dificuldade tremenda em escoar os seus produtos, em que as empresas tinham dificuldade tremenda em fazer face a um conjunto de questões, mas que, pensando concretamente nas pessoas e nas mais prejudicadas por aquela pandemia, encontravam-se menos 50 mil euros de investimento na requalificação da habitação social, uma previsão para a ação social de menos de 120 mil euros, sendo que aquele valor era menos do que um quinto do que o município previa pagar à Fundação de Serralves. Disse que prever esburacar completamente a cidade, em 2020 e 2021 era pegar numa lata de gasolina e atirar para cima do fogo. Todos os orçamentos apresentados pelo executivo municipal tinham o mesmo problema, há anos que vinham a esquecer-se que o concelho estava a perder população, empresas, comércio, indústria, ou seja, tudo o que fazia com que uma cidade pudesse ser

dinâmica, não apoiavam políticas imperativas para conduzir a um aumento de população, da atividade económica, do essencial para o crescimento de receitas, culpando-se agora a pandemia.

António Regedor (PMG) disse que a permanente situação de endividamento e a grande incapacidade de fazer investimentos produtivos que trouxessem melhor qualidade de vida e não mais endividamento, eram, há muito, os grandes problemas do município de Espinho. Disse que não houve poupança, mas redução do endividamento e não tinham um orçamento que fosse capaz, pelas receitas, para fazer as obras em curso, sendo que algumas eram necessárias, mas outras eram apenas sorvedoras de dinheiro que podiam ter sido abandonadas para não prejudicar ainda mais o município, cujo endividamento recaia no aumento de impostos aos cidadãos, nas taxas. Disse que para o próximo ano previa-se a redução do PIB, da economia e o aumento do défice, pelo que era previsível que as contas se tornariam mais gravosas para o município do que as apresentadas.

António Andrade (BE) disse que os últimos orçamentos vinham sempre associados a obras que tinham um grande impacto social, concluindo que seria estratégia do executivo condicionar a votação da Assembleia em vista do impacto social, considerando aquela estratégia uma habilidade política que os colocava numa camisa de forças. Disse que todas aquelas obras alargadas no tempo, e que o executivo fazia questão de cumprir por fazerem parte do seu programa eleitoral, condicionavam a vida dos espinhenses.

Teixeira Lopes (PS) disse que não podiam analisar aquele orçamento ignorando os anteriores, sendo que a atual situação económica, social e cultural de Espinho relacionava-se, independentemente da pandemia, com as razões do não cumprimento dos orçamentos que não se concretizaram, pelos pedidos de empréstimos, pelo seu irrealismo e pela falta de vontade política de resolver os problemas, questionando o facto do RECAFE ainda não estar terminado, o plano de requalificação ser feito apenas no último ano do mandato. Referiu que o slogan das obras era "a pensar em si", mas que era também a pensar nas eleições autárquicas. Perguntou qual era a política cultural da Câmara, que se quedava apenas por uma política mecenática de atribuição de subsídios, rateando o dinheiro do jogo para satisfazer as suas clientelas políticas. Questionou a política habitacional para a juventude, que era inexistente e obrigava a juventude a deslocar-se para os concelhos limítrofes. Lembrou que foi invocado, para fazer crer à opinião pública, que a aprovação de um orçamento, determinava ou não a



construção do estádio municipal, culpabilizando-se os membros da oposição na Assembleia Municipal se o estádio não fosse construído, e perguntou, tendo aquele orçamento sido aprovado, onde estava atualmente o estádio municipal. Acrescentou que não estava em causa o plano de requalificação urbano, mas o momento escolhido que, estava convicto, foi intencional. Disse ainda que os desafios colocados a qualquer município com as características de Espinho tinham de ser resolvidos, sendo que o atual executivo estava no poder há 12 anos e as questões tinham-se acumulado e agravado, citando os inúmeros edifícios públicos degradados.

Vice-presidente CME referiu que a Câmara Municipal não escolheu aquele momento para fazer obras, nem criou uma estratégia para estarem naquele ponto, nem tão pouco era uma habilidade política, porque todos sabiam que ninguém gostava de criar constrangimentos em ano eleitoral aos seus eleitores, mas era algo que deixava, quer o executivo municipal, quer a oposição numa situação em que tinham de pesar fatores muito importantes para aprovação ou não do orçamento. Disse que o RECAFE foi uma obra muito complexa, que os afetou muito nos últimos anos, mas que estava em fase de conclusão. Referiu que discordando de muitas das afirmações dos membros da Assembleia Municipal ali proferidas, a Câmara Municipal tinha feito um esforço em lidar com todas as adversidades, mas sobretudo de fazer a entrega daquilo a que se propôs, aproveitando os fundos comunitários enquanto estavam disponíveis e respondendo a muitas necessidades que a cidade tinha.

A Presidente da Mesa da Assembleia Municipal disse que a votação seria efetuada ponto por ponto conforme constava da ordem de trabalhos, tendo os Documentos Previsionais para o ano 2021 sido aprovados com: alínea a): aprovado com 13 votos a favor, 10 votos contra e 2 abstenções; alínea b): aprovado com 13 votos a favor, 10 votos contra e 2 abstenções e alínea c): aprovado com 13 votos a favor, 10 votos contra e 2 abstenções.

Declarações de voto:

Henrique Cierco (PMG): "Face a apresentação para deliberação sobre os documentos previsionais para o ano 2021 cumpre-me dizer o seguinte: uma elaboração destes documentos constitui um momento de afirmação dos princípios essenciais da vida de uma comunidade, e, quando neste momento sofre uma grande Pandemia provocada pela doença COVID-19, não se torna tarefa fácil. Sendo assim os números que nos são apresentados nas diferentes rubricas, revelam por um lado a preocupação de manter

as propostas em curso, apoiando as empresas e as famílias, não descurando algum investimento público, mas ao mesmo tempo e mais uma vez descurando a área social, cultural e proteção a meio ambiente, que mesmo perante as atuais dificuldades podiam e deviam ser melhoradas. Tendo em consideração o exposto, o meu voto será de abstenção.”

Teixeira Lopes (PS): “De ano para ano o executivo da Câmara Municipal de Espinho repete até à exaustão a sua concessão de proposta de documentos previsionais. Da análise que se faz dos anos anteriores a gestão autárquica da Câmara Municipal de Espinho agrava de forma sistémica os problemas de Espinho que não só continuaram por resolver como em muitos casos se agravaram, destacando-se a falta de respostas credíveis aos desafios urbanos, sociais, culturais ambientais e económicos. Assim estes documentos previsionais para o ano 2021 revelam que estão inquinados de oportunismo eleitoral, sofrem de deficiente planeamento e de programação revelando não ser adequados às necessidades do território e dos espinhenses. Os documentos previsionais são apresentados num quadro económico, social, cultural condicionado pela pandemia com repercussões económicas e sociais que agravam a vida da sociedade espinhense, neles não se vislumbrando qualquer ideia ou medida que os atenuem. Ao abrigo do estatuto do direito de oposição, os vereadores do PS apresentaram na sua reunião com a Câmara, um conjunto de propostas que visavam garantir maior capacidade de resposta e intervenção social e um futuro mais sustentável para Espinho. O mérito e relevância dessas propostas que foram aparentemente reconhecidas pelo executivo municipal que iniciou um processo de diálogo com o PS para inclusão dessas propostas e consequente viabilização dos documentos previsionais para 2021. Infelizmente como tem sido pratica corrente, o atual executivo municipal cortou esse diálogo de forma unilateral e sem justificação, deixando sem resposta os Vereadores do PS. Por isso as opções dos documentos previsionais são distintas das prioridades adotadas pelo PS. Não mostram abertura nem disponibilidade para acolher a proposta do PS, ao invés, é um orçamento despesista, eleitoralista, não tendo em conta a realidade económico-social de Espinho e não contribui para diminuir os problemas que a sociedade espinhense enfrenta, por isso o PS vota contra esta proposta de documentos previsionais pouco rigorosa e de difícil concretização.”

António Andrade (BE): “Levando em linha de conta o que já tinha declarado na minha intervenção política e pesando o impacto social, optei por me abster porque entendo



também que as obras neste momento não podem nem devem parar, criando ainda mais constrangimentos à população de Espinho.”

Jorge Carvalho (CDU): “A CDU votou contra os documentos previsionais por os considerar os piores que foram apresentados até hoje. Infelizmente nesta Assembleia há vários deputados que foram ao longo destes anos domesticados e, apesar de se terem apresentado às eleições como tendo uma alternativa à política do PSD, foram ajuntando-se e hoje não são alternativas, são apoiantes da má política do PSD.”

João Carapeto (PS): “não poderia obviamente votar cheques em branco passados a uma autarquia que demonstrou já, quase sempre em demasia que, quando toma esse cheque em branco é para tomar decisões absolutamente autocráticas, que não discute com rigorosamente ninguém e na grande maioria dos casos que vão exclusivamente de encontro ao interesse da força política que sustenta e não ao interesse daquilo que são os interesses da cidade e dos munícipes, como foi recentemente o caso da requalificação urbana que nos foi dada aqui como decidida, para não dizer imposta e que, sem qualquer discussão, colocou princípios fundamentais daquilo que é a vivência desta cidade em causa. Esperava evidentemente que a Assembleia Municipal tivesse aprendido com os erros cometidos nos últimos anos relativamente a esta matéria, esperava que a Assembleia Municipal tivesse querido ser efetivamente interventiva nas decisões que envolvem a cidade e o futuro da cidade. Da minha parte evidentemente porque não prescindindo do voto que me foi confiado pelos eleitores, jamais poderia votar a favor das autorizações genéricas porque a história demonstra que nunca serviram o município.”

Ponto 7. Deliberar sobre a definição das taxas de IMI de 2020 para efeitos de liquidação e cobrança em 2021

Vice-presidente CME explicou que, neste mandato, as taxas de IMI, baixaram substancialmente, sendo que, no ano em curso, propunham manter a redução de anos anteriores acrescentando um apoio, uma redução especial às famílias em função do seu agregado familiar.

Jorge Pina (PS) disse que o que constava no IMI proposto reportava o que a Câmara Municipal devia fazer e não fazia em relação à população de Espinho, acrescentando que cerca de 70% das Câmaras Municipais do Norte baixaram o IMI, e que era mais que justificável que aquele imposto, sendo dos mais altos do Norte do país, e atendendo, ainda, à situação em que se encontravam, baixasse em Espinho.

Jorge Carvalho (CDU) disse que nunca concordaram com o IMI mantido pela Câmara e que, agora com a pandemia, todas as Câmaras à volta, mesmo as do PSD, baixaram significativamente o imposto. Sobre o apoio consoante o agregado familiar, disse que era impraticável aquele controlo porque quem pagava o imposto era o proprietário ou o usufrutuário do imóvel e não quem lá vivia e a Câmara, para conhecer aqueles dados, teria de entrar numa situação de abuso dos dados pessoais com uma lista de todos os contribuintes que pagavam IMI onde estivesse registada a sua vida familiar, pelo que entendia que só havia uma solução que era baixar efetivamente o IMI.

António Regedor (PMG) disse que aquele imposto incidia sobre imóveis e não sobre famílias, pelo que tentar algum artifício ou alguma propaganda política, tentando fazer de conta que não era um imposto sobre património, mas um imposto sobre pessoas não fazia sentido. Disse ainda que percebia a razão pela qual a Câmara Municipal não aplicava as taxas mínimas de IMI, porque se o fizesse, iria dizer que pesaria muito no orçamento municipal, sendo que os orçamentos da Câmara não deixavam margem de manobra para fazer políticas sociais e de, inclusive, promoção do município, de captação de pessoas para o município, uma vez que um concelho com um IMI mais baixo era mais atrativo, implicava mais pessoas a comprar casa, levando a um aumento de receita.

João Carapeto (PS) disse que, no Concelho de Espinho, as pessoas titulares de casa própria eram essencialmente pessoas velhas e que a grande maioria dos jovens, que efetivamente tinham um agregado familiar que permitisse a diminuição da liquidação de imposto, não residiam em Espinho, mas nos concelhos limítrofes, sendo que se impunha aos mais idosos, e muitos com poucas capacidades económicas, a obrigação de pagar um dos IMI mais caros da zona. Acrescentou que era mais uma prova de que a Câmara não fazia um investimento sério para atrair pessoas para o concelho. Disse que o PS apresentava uma proposta de deliberação alternativa para que a taxa de IMI sobre os prédios urbanos fosse fixada em 0,3%.

Vice-presidente CME pediu a palavra para esclarecer que, no impacto orçamental, a redução de 0,4 para 0,3%, era muito grande e que era uma verba muito importante para os municípios. Disse ainda que tinham baixado a taxa nos últimos anos, abdicando da receita de cerca de 1M€ por ano. Disse que o apoio com a taxa social não era apenas para as pequenas famílias, mas também direcionada aos grandes investidores imobiliários e aos grandes proprietários. Acrescentou que as Finanças tinham condições e tinham os números certos das famílias que seriam beneficiadas,



uma vez que possuíam a declaração do seu património imobiliário e na declaração de IRS, as famílias tinham de incluir o local de residência familiar, pelo que a redução seria aplicada às famílias que tivessem a sua habitação própria e permanente no concelho.

A proposta de deliberação alternativa foi colocada à votação, tendo sido rejeitada com 14 votos contra e 11 votos a favor, pelo que se passou à votação da proposta apresentada pela Câmara que foi aprovada com 14 votos a favor, 10 votos contra e 1 abstenção.

Declarações de voto:

Jorge Carvalho (CDU) "A CDU lamenta que não tenha sido possível, mais uma vez, baixar o IMI e gostaria que os cidadãos, quando viesse o IMI, recebessem a fotografia dos vogais da Assembleia que votaram para pagarem aquela prestação e não uma prestação inferior. Seria bom que as pessoas soubessem quem os obriga a pagar mais IMI, porque, junto dos seus eleitores, não dizem que foram eles os responsáveis pela não baixa do IMI."

Teixeira Lopes (PS) "A definição das taxas do IMI são uma fonte de receita importante para o desenvolvimento económico e social dos municípios. Espinho tem mantido desde 2018, a taxa de IMI mais elevada de todo o distrito de Aveiro. O ano de 2019 foi marcado por uma pandemia sem precedentes e pelas suas graves consequências económicas e sociais, seria um sinal claro de incentivo e apoio aos espinhenses aliviando-os do encargo da taxa de IMI que representa uma fatia importante das despesas familiares. O executivo municipal não perde uma oportunidade para cantas louvas ao seu exercício financeiro e de autarquia. Por isso é incompreensível que a proposta de IMI a cobrar em 2021 não reduza a taxa a aplicar aos prédios urbanos. Ao manter a taxa em 0,4% esta proposta mostra a insensibilidade social do executivo municipal e de uma autarquia com prioridades desalinhasadas com a realidade e necessidades das famílias espinhenses. A aprovação desta proposta do executivo municipal é uma política contrária aos interesses dos espinhenses e que dissuade a fixação de atração de população para viver em Espinho. Por isso, o PS ao defender uma redução da taxa de IMI inferior a cobrar em 2021, vota contra."

Deliberar sobre a transferência de competências em matéria de Saúde e Educação - Não aceitação para o ano de 2021

Vice-presidente CME tomou a palavra para esclarecer que, para além do atraso na implementação da descentralização ter sido provocada pela COVID, mesmo que se viesse a aceitar aquelas competências, era manifesta a incapacidade de governo em operacionalizar a descentralização das competências e que considerava que devia ter sido dispensada a pronuncia dos vários municípios, sendo opinião geral, na ANMP, que o assunto devia ter sido adiado.

Jorge Pina (PS) perguntou se não era possível oficializar ao governo referindo que a Assembleia Municipal decidiu não votar o documento na medida em que não era possível o governo operacionalizar a descentralização.

Vice-presidente CME respondeu que, nos termos da lei, tinha de existir uma deliberação de recusa até 31 de dezembro, caso contrário, as competências eram assumidas automaticamente.

Votação: a proposta de não aceitação, para o ano de 2021, da transferência de competências em matéria de Saúde e Educação, foi aprovada por unanimidade

As deliberações tomadas na presente reunião foram aprovadas em minuta, por unanimidade, ao abrigo do nº 3 do artigo 57.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, após sua leitura pela Presidente da Assembleia em exercício. Não havendo intervenções por parte do público, a reunião foi dada por encerrada e marcada a sua continuação para o dia 13/01/2021, pelas 20.30 horas.

Para constar e devidos efeitos, nos termos do disposto nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 61.º do Regimento, lavrou-se a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, e vai ser assinada pela Presidente da Assembleia Municipal em exercício e por mim, Isaura Maria Gomes Pinto da Rocha Gonçalves, funcionária municipal da Divisão de Gestão Administrativa, Financeira e Turismo, designada para o efeito, que a elaborei nos termos legais.

A Presidente da Assembleia Municipal em exercício,

A Funcionária Municipal,
